

## A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO MEC: as duas faces da mesma moeda

*Janaína Soares Martins Lapuente<sup>1</sup>*

*Gabriela Medeiros Nogueira<sup>2</sup>*

*Eixo temático 7: Alfabetização e formação inicial e continuada de professores*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a formação continuada para professores alfabetizadores promovida pelo Ministério da Educação (MEC), que integra a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Trata-se dos cursos “Tempo de Aprender” e “Alfabetização Baseada em Ciência – ABC”, disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC, na modalidade *on-line*. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio da análise documental, na qual problematizamos as concepções teórico metodológicas indicadas para o ensino da leitura e da escrita das crianças e as orientações direcionadas aos professores dos referidos cursos, considerando os vídeos referentes aos módulos/partes iniciais dos mesmos, os textos complementares e os recursos disponibilizados para *download*. Os dados indicam uma proposta reducionista, impositiva desconsiderando outras perspectivas para alfabetização.

**Palavras-chaves:** Política Nacional de Alfabetização; Formação de professores do MEC; Tempo de Aprender, Alfabetização Baseada em Ciência.

### Introdução

Este trabalho faz parte de uma pesquisa interinstitucional “Alfabetização em rede: uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia Covid-19 e a recepção da Política Nacional de Alfabetização (PNA) pelos docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudo e Pesquisa em Alfabetização e Letramento – GEALI, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, juntamente com mais 29 universidades brasileiras de cinco regiões do país.

O objetivo da investigação que desenvolvemos na esfera desta pesquisa é analisar a formação continuada para professores alfabetizadores promovida pelo Ministério da Educação (MEC), que integra a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9765, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019a) que segundo os documentos oficiais está pautada em evidências científicas nacionais e internacionais, com ênfase na ciência cognitiva da leitura e na neurociência. Tomando por base as diretrizes da PNA, o Governo

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Docente do Instituto de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande. Contato: [janainalapuente@furg.br](mailto:janainalapuente@furg.br)

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Docente do Instituto de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande. Contato: [geali.nepe.furg@gmail.com](mailto:geali.nepe.furg@gmail.com)

Federal instituiu os programas de formação de professores “Tempo de Aprender” e “Alfabetização Baseada na Ciência — ABC”.

As formações são disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC (AVAMEC) e ocorrem na modalidade *on-line*<sup>3</sup>, tendo como público-alvo os professores que atuam na Educação Infantil (último ano da pré-escola), no primeiro e no segundo ano do Ensino Fundamental.

O “Tempo de Aprender” foi instituído pela Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020a) e idealizado pela Secretaria de Alfabetização (Sealf) do MEC. A formação propõe ações estruturadas em quatro eixos: (1) formação continuada de profissionais da alfabetização; (2) apoio pedagógico para a alfabetização; (3) aprimoramento das avaliações da alfabetização; e (4) valorização dos profissionais da alfabetização, com carga horária de 30 horas.

No âmbito do primeiro eixo, o Ministério da Educação lançou o curso “Alfabetização Baseada na Ciência — ABC”, que teve início em 11 de janeiro de 2021, totalizando uma carga horária de 180 horas. Essa iniciativa é fruto da cooperação internacional realizada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Secretaria de Alfabetização (Sealf) do MEC, a Universidade do Porto (UP), o Instituto Politécnico do Porto (IPP) e a Universidade Aberta de Portugal (UAb) (BRASIL, 2020b).

Diante da instituição da PNA, materializada nos referidos cursos, pesquisadores vêm se articulando, por meio da Associação Brasileira de Alfabetização - ABALF, de seus grupos de pesquisa e de redes institucionais, com mobilizações por meio de manifestos e produções acadêmicas, reafirmando a preocupação com as concepções e encaminhamentos da referida política.

Dessa forma, neste texto, focamos a análise na estrutura dos referidos cursos promovidos pelo MEC, nas concepções teórico metodológicas indicadas para o ensino da leitura e da escrita das crianças e nas orientações direcionadas aos professores.

Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, por meio de uma análise documental tendo por base os vídeos referentes aos módulos/partes iniciais dos cursos, os textos complementares e os recursos disponibilizados para *download*. Na formação do “Tempo de Aprender” foram analisados os vídeos dos módulos um, dois e três e no curso “ABC” as videoaulas da parte A, que se referem as noções fundamentais sobre alfabetização.

---

<sup>3</sup> O “Tempo de Aprender” e a “Alfabetização Baseada na Ciência — ABC”, foram planejados na versão on-line e presencial. A modalidade presencial de ambas as formações pretendia ser operacionalizada através de um modelo de multiplicadores, extendendo-se a ações de intercâmbio que, segundo o MEC, pretende levar professores alfabetizadores que cursaram o “ABC” a Portugal em 2021 e 2022. Contudo, os cursos e atividades foram convertidos para a modalidade on-line, devido a situação de saúde pública atual, causada pela Covid-19 (BRASIL, 2020b).

## 2 Tempo de Aprender e ABC: estrutura e organização

O programa “Tempo de Aprender” na modalidade *on-line* teve início no primeiro semestre de 2020 e foi realizado com o suporte do Sistema On-line de Recursos para Alfabetização (SORA), desenvolvido pelo Laboratório de Tecnologia da Informação e Mídias Educacionais, da Universidade Federal de Goiás. O SORA é uma ferramenta que dispõe de recursos pedagógicos como estratégias de ensino, cartazes, fichas, atividades e avaliações, que segundo seus idealizadores, possuem respaldo em práticas exitosas de alfabetização.

O “Tempo de Aprender” está organizado em oito módulos: 1) Introdução; 2) Aprendendo a ouvir; 3) Conhecimento alfabético; 4) Fluência; 5) Vocabulário; 6) Compreensão; 7) Produção de escrita e 8) Avaliação e foi instituído com o intuito de melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do Brasil (BRASIL, 2020c).

O programa referenda-se em estudos internacionais, como o *Observatoire National de la Lecture* e o *National Reading Panel*, utilizados de forma recorrente para indicar os seis componentes essenciais para a alfabetização – consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita – “nos quais se devem apoiar os bons currículos e as boas práticas de alfabetização baseada em evidências” (BRASIL, 2019b, p. 32).

As “boas práticas de alfabetização baseadas em evidências” também são os pilares do curso “Alfabetização Baseada na Ciência — ABC”, desenvolvido a partir de um manual teórico e um conjunto de videoaulas, materiais de leitura e tarefas de estudo, concebidos de acordo com os princípios da gamificação e dos recursos abertos. Trata-se de uma formação que privilegia a autoinstrução, ou seja, “não conta com a presença de um tutor para acompanhamento e orientação dos estudos e das atividades, nem para tirar as dúvidas por meio de sala de bate-papo (chat) ou de fóruns de discussão” (BRASIL, 2021, *on-line*)<sup>4</sup>.

O componente teórico do curso (manual), elaborado pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), é composto por 23 capítulos, o primeiro introdutório e os demais agrupam-se em quatro partes: parte A – Noções fundamentais sobre alfabetização; parte B – Literacia emergente; parte C – Aprendizagem da leitura e da escrita; parte D – Dificuldades e perturbações na aprendizagem da leitura e da escrita.

A organização dos cursos “Tempo de Aprender” e “ABC” mostram uma estrutura

---

<sup>4</sup> O excerto foi extraído da página inicial do Curso “Alfabetização Baseada em Ciência – ABC”, no item informações, disponível em <https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/sealf/curso/12361/informacoes>

rígida, prescritiva e enfadonha de formação de professores, baseada em uma instrução programada organizada em etapas e materiais previamente organizados, que desconsidera o “trabalho do professor, sua formação e as condições em que tal trabalho se realiza. As “abordagens cientificamente fundamentadas” bastam-se por si mesmas” (LOPES, 2020, p.89, grifos da autora). A concepção de formação da PNA e dos cursos signatários se aproximam

[...] do que se tem chamado de “racionalidade técnica” [...] ou “conhecimento-para-a-prática” [...], em que há o predomínio da separação entre os teóricos - aqueles que têm a função de elaborar o material - e os executores - aqueles que precisam apenas ser bem direcionados para colocar em prática o que foi pensado por outro (SOUSA e ROCHA, 2019, p. 3).

De acordo com as orientações do “Tempo de Aprender” as estratégias de ensino e atividades formativas são de caráter prático, voltadas à sala de aula (BRASIL, 2020d), constituídas em etapas rígidas que devem ser seguidas pelas docentes: 1º) professor explica e demonstra; 2º) professor e alunos praticam juntos e 3º) alunos praticam em conjunto. Essas etapas são acompanhadas de uma ficha de atividades com o passo a passo da tarefa, incluindo as falas do(a) professor(a) e as respostas das crianças.

Nessa esteira, também foi elaborado o curso “ABC”, que sugere trilhas ou percursos de aprendizagem com três roteiros de estudos para a escolha das professoras. Cada trilha apresenta uma sequência de atividades envolvendo a exploração do tema, a leitura do acervo, a assistência dos vídeos e a realização das tarefas, que precisa ter no mínimo 60% de acertos para fins de certificação.

Dessa forma, as orientações de ambos os cursos são tecidas na rede de influências internacionais, que segundo Ball (1998) e Mainardes (2007), ocorre pelo fluxo de ideias por meio grupos e indivíduos que “vendem” suas propostas no mercado político e educacional por intermédio de cursos, programas, manuais e materiais didático, bem como pelo patrocínio e imposição de algumas soluções oferecidas e recomendadas por organismos internacionais.

Trata-se da “intervenção máxima na alfabetização” (MORTATTI, 2019) por ações pautadas no ultraconservadorismo e na importação de ideias de instituições internacionais. Esses programas de formação de professores fazem parte da agenda neoliberal do Governo Federal, que buscam a partir da lógica de “eficiência” e “sucesso” cooptar professores de maneira subserviente.

### **3 Os cursos de formação do MEC: o retrocesso da alfabetização**

A PNA referenda os programas de formação de professores do MEC, “com base na ciência cognitiva da leitura, define alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e

de escrita em um sistema alfabético” (BRASIL, 2019b, p.18). Para tanto, indica a abordagem fônica, a partir do ensino sistemático e explícito das relações entre grafemas e fonemas.

Dessa forma, esses pressupostos são defendidos nos vídeos e materiais dos cursos como estratégia de convencimento dos professores. No vídeo do módulo dois (aula 2.1), do programa “Tempo de Aprender”, o Relatório *National Reading Panel* e os resultados de estudos de caráter experimental são apresentados para defender o ensino explícito que “representa benefícios mensuráveis nas habilidades de leitura, de soletração e de consciência fonêmica das crianças” (BRASIL, 2020d, 1min 36 seg). No vídeo dois, do curso “ABC” esses elementos também são referenciados, como é possível perceber no excerto a seguir:

[...] hoje existe um consenso amplo na ciência que o ensino da leitura e da escrita deve ser explícito e focado no ensino do código, como preconizavam os defensores do método fônico. A convergência das evidências empíricas compreende-se quando se atende aos processos implicados na leitura e às características dos sistemas de escrita. A compreensão do que se lê depende das competências de decodificação e das competências linguísticas (BRASIL, 2021, 10min 15seg).

Essa concepção de ensino da leitura e da escrita está ancorada em uma visão unilateral de ciência apresentada como uma “tábua de salvação” que resolveria “as principais causas das deficiências na leitura e na escrita” (BRASIL, 2020d). Essa perspectiva desconsidera as “diferentes facetas da alfabetização” (SOARES, 2003) e privilegia a faceta linguística – fonética e fonológica, apoiada no método fônico e no ensino do código e, consecutivamente, em práticas baseadas na codificação e decodificação.

Nos vídeos analisados sobre a leitura de palavras e frases observamos um trabalho enfadonho de repetição das letras e seus respectivos sons, baseado em um reconhecimento automático de palavras, que segundo a PNA torna a leitura “cada vez mais proficiente”, pois “com a automatização das habilidades de reconhecimento de palavras é liberado espaço na memória para os processos de compreensão” (BRASIL, 2019b, p. 28). Essa retórica é materializada em textos acartilhados, conforme fragmento indicado para o trabalho com a letra E, da formação do “Tempo de Aprender”:

A égua de Eva  
Eva tem uma égua  
e a égua de Eva leva  
Eva por muitas léguas.  
  
Essa égua amarela  
e essa menina bela  
viajam na primavera.  
  
Ah, como eu quisera  
ter uma égua amarela  
e viajar como elas!

[...]  
(BRASIL, 2020d, aula 3.2).<sup>5</sup>

O texto criado artificialmente com a repetição de palavras como “Eva” e “égua”, além de frases sem sentido como “Essa égua amarela”, mostra que o texto é usado como pretexto para a leitura e que os materiais produzidos para a formação de professores estão desvinculados das práticas sociais de leitura e escrita.

Os dois cursos de formação de professores também defendem o ensino do código que implica na memorização das relações entre fonemas e grafemas. No texto complementar número nove, da parte A, intitulado “Ensino e aprendizagem da leitura: fundamentos e aplicações”, do curso “ABC” os professores são orientados a partir da questão “O que fazer em sala de aula?” A esse respeito, destacamos o fragmento abaixo:

Um primeiro ponto é que a aprendizagem da leitura implica, acima de tudo, que as crianças sejam extensivamente expostas ao código alfabético (correspondências grafofonêmicas). Esta exposição deve partir das unidades mais pequenas (letras) e mais regulares [...]. Independentemente de discussões quanto à ordem de apresentação das unidades, uma exposição sistemática ao código, partindo das unidades mais pequenas para as maiores, é a estratégia mais adequada, atendendo à lógica e estrutura da escrita alfabética (BRASIL, 2021, p.111-112).

Em estudo anterior (NOGUEIRA e LAPUENTE, 2021) evidenciamos que o ensino da leitura e da escrita na perspectiva da PNA dos programas de formação de professores do MEC, centram na memorização/utilização de um código e no proposital apagamento dos estudos e pesquisas no campo da alfabetização, que nas últimas quatro décadas de produção, vem evidenciando que sua aprendizagem implica num domínio conceitual.

#### **4 Considerações Finais**

Neste trabalho apresentamos e problematizamos a Política Nacional de Alfabetização e os cursos de formação de professores alfabetizadores do MEC – “Tempo de Aprender” e “Alfabetização Baseada na Ciência – ABC”, instituídos com a prerrogativa de melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do Brasil.

Nos vídeos e materiais analisados identificamos uma proposta focada na instrução programada, configurada em módulos, etapas e até mesmo em um manual organizado em capítulos e desdobrado nas leituras do acervo, na assistência dos vídeos e na realização das tarefas que são avaliadas e quantificadas.

---

<sup>5</sup> Excerto do cartaz nomeação de letras.



A estrutura e organização dos cursos indicam percursos rígidos para que professores sigam e garantam o sucesso na alfabetização. Essa é uma das estratégias de persuasão dos professores para a adesão às formações e, especialmente, a perpetuação de práticas associacionistas que entendem a criança como mera receptora e reprodutora de informações prontas.

A PNA e as formações de professores apresentam uma visão reducionista de alfabetização, baseada no método fônico e no aprendizado de um código, que privilegia um discurso único de ciência e negligencia o pluralismo de ideias e a diversificação de abordagens teóricas e metodológicas para o ensino da leitura e da escrita.

## Referências

- BALL, S. Big polices/small word: an introduction to international perspectives in education policy. **Comparative Education**, v. 34, n.2, p. 119-130, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 9.765**, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. 2019a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm). Acesso em 31 de março de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização**. – Brasília: MEC, SEALF, 2019b. 54 p. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br>. Acesso em: 10 de abr.2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 280**, de 19 de fevereiro de 2020. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização no âmbito do Governo Federal. Brasília: MEC, 2020a.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Notícia. MEC e Capes abrem 40 mil vagas para curso de alfabetização**. Ministério da Educação, Brasília, 8 dez. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-e-capes-abrem-40-mil-vagas-para-curso-de-alfabetizacao>. Acesso em 14 mar.2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Alfabetização: Programa Tempo de Aprender**. Brasília: MEC, 2020c. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Formação continuada em práticas de alfabetização do Programa Tempo de Aprender**. Brasília: MEC, 2020d. Disponível em: <http://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/sealf/curso/5401/visualizar>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Alfabetização Baseada em Ciência**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/sealf/curso/12361/visualizar>. Acesso em 3 abril. 2021.
- LOPES, D. M. de C. Considerações sobre a Política Nacional de Alfabetização. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, n.10 (Edição Especial), jul./dez.2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/358>. Acesso em: 10 abr.2020.
- MAINARDES, J. Reinterpretando os ciclos de aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2007.
- MORTATTI, M. R. L. Brasil, 2091: notas sobre a Política Nacional de Alfabetização. **Olhares - Revista Eletrônica do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 7, n. 3, nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares>. Acesso em: 5 fev. 2020.
- NOGUEIRA, G. M.; LAPUENTE, J.S.M. “Tempo de Aprender”: uma proposta do Ministério da Educação para professores alfabetizadores. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 26, e

214933, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a493>. Acesso 17 mar. 2021.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as múltiplas facetas. In: 26ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. **Anais eletrônicos...** Poços de Caldas: MG, 2003. p. 5-17. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRrZk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 set 2016.

SOUSA, S. N.; ROCHA, C. R. C. Concepções de alfabetização e formação nos programas nacionais de formação de alfabetizadores no Brasil. In: 39ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 2019. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Niterói, 2019. p. 1-7. Disponível em: [http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5120-TEXTO\\_PROPOSTA\\_COMPLETO.pdf](http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5120-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf). Acesso em: 23 junho 2021.